

O Atlântico Sul e Amazônia Azul: Cooperação e Manutenção da Paz nos Anos Lula (2003-2010)

Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda*
Ana Raphaela de Melo Florêncio¹
André Luiz Viana Cruz de Carvallho²
Delanney Di Maio Neto³
Edith Larissa Rodrigues do Rego Souza⁴
Pedro Matheus de Melo Benevides Pessoa⁵

RESUMO

Sendo a cooperação Sul-Sul de defesa e segurança uma das menos pesquisadas academicamente, explorar essa área é de grande relevância, principalmente quando analisada no período Lula (2003-2010), quando a política externa brasileira tomou um rumo de ascendência, além de grande elevação do investimento e importância das Forças Armadas Nacionais. Artigos de produção acadêmica, e militares além de documentos expedidos pela ONU, Ministério de Defesa e de Relações Exteriores e Analisando o conceito de segurança e segurança no Atlântico Sul, faz-se na segunda parte um breve estudo da política externa brasileira no período Lula, na terceira parte do artigo a história dos mares até a institucionalidade da Amazônia Azul, na quarta parte uma análise da ameaça da soberania brasileira a partir da reativação da quarta frota no Atlântico Sul, e finalizando com as medidas de cooperação desenvolvidas pelo Brasil com a África e América do Sul. Entendendo que a cooperação Sul-Sul é a melhor forma de manter a paz e harmonia na região Atlântica e impedir a intervenção de Estados externos no Atlântico Sul.

Palavras-chave: Atlântico Sul; Amazônia Azul; Cooperação Sul-Sul; Governo Lula; Defesa.

* Professor do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestre e graduado em Relações Internacionais pela UEPB, pós-graduando em Direito Internacional pela Estácio, graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

¹ Estudante de Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

² Estudante de Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

³ Fez estudos de Humanidades Científicas pela Universidade de Salamanca e formado pelo Pontifício Ateneu Regina Apostolum, em Roma, no curso de Filosofia, estudante de Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

⁴ Estudante de Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

⁵ Estudante de Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

1. Introdução

O Brasil vem sendo um grande ator no que cabe às cooperações Sul-Sul no âmbito mundial, desde relações econômicas, com o grupo BRICS, até relações técnicas-educacionais, com a Nigéria. Porém existe uma área na cooperação brasileira não tão bem explorada na academia, que é a cooperação de defesa e segurança. Regionalmente, o Brasil se sobressai tanto na América do Sul quanto na Sul-Atlântica. A Unasul, com iniciativa brasileira, institucionalizou o Conselho de Defesa Sul-Americano e a ZOPACAS, também iniciativa brasileira desde 1986, traz a defesa regional do Atlântico Sul em questão.

A política externa brasileira nos anos Lula (2003-2010) procurou reestabelecer e amadurecer acordos de cooperação e relações desde a década de 1980, com o então presidente Sarney. Além disso um maior investimento nas Forças Armadas e Planos de Estratégia e Defesa Nacional foram estabelecidos.

A partir de artigos, capítulos de livros e boletins de política externa, além de documentos militares e federais, o presente artigo procura entender e viabilizar a resposta para a não perda de soberania sobre as águas do Atlântico Sul. Iniciando a partir de um estudo sobre a evolução de Defesa na região Sul-Atlântica e a relação entre política externa brasileira e a estratégia nacional de defesa, faz-se um histórico sobre as águas brasileiras até a implementação do projeto Amazônia Azul, juntamente com o entendimento de soberania brasileira sobre o Atlântico Sul e as ameaças que essa soberania pode sofrer.

Finalizando o artigo, apresenta-se as cooperações brasileiras com cunho de defesa sobre a região Sul-Atlântica e como isso pode fortalecer os laços de um “cinturão de boa vontade” entre os países costeiros da região.

2. Conceito de Segurança

2.1 Evolução do conceito

Desde que o mundo é mundo, vive-se períodos de intensas ameaças à segurança estatal e humana com guerras e conflitos nas diversas partes do globo. Com o fim da Guerra Fria, o tema de segurança internacional foi deixado de lado para que o setor econômico dominasse as Relações Internacionais. Entretanto, com o ataque terrorista do 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, a percepção do foco internacional voltou-se novamente para a segurança trazendo junto novos tipos de conflito.

A visão da segurança tradicional está ligada com a existência de inimigo. Entretanto, atualmente, esse conceito comum não corresponde ao que acontece no sistema internacional visto que se tem novos tipos de ameaças que não estão inclusos dentro da tipologia de guerras e conflitos tradicionais. Podem ser citados como exemplos claros de novos tipos de conflito o narcotráfico, contrabando de pessoas e animais entre os países que fazem fronteira, conflitos por territórios, conflitos étnicos, conflitos pelas fronteiras nos mares, terrorismo, etc⁶.

Walt define esse novo conceito de segurança que está surgindo não só como uma segurança militar, mas também com uma segurança voltada para questões políticas:

"Military power is not the only source of national security, and military threats are not the only dangers that states face (though they are usually the most serious). As a result security studies also includes what is sometimes termed 'statecraft' - arms control, diplomacy, crisis management, for example. The issues are clearly relevant to the main focus of the field, because they bear directly on the likelihood and character of war. Because nonmilitary phenomena can also threaten states and individuals, some

⁶ MOURA, 2007, obra.

writers have suggested broadening the concept of 'security' to include topics such as poverty, AIDS, environmental hazards, drug abuse [...]"⁷.

A segurança, em Relações Internacionais, pode ser dividida em duas vertentes: a primeira é o Realismo e a segunda o Idealismo. Ambas veem o tema de segurança de forma diferente. O Realismo vê o Estado com o único ator do sistema internacional, ou seja, seria uma segurança focada no Estado. Já o Idealismo sustenta-a no foco das causas da guerra e como seria a solução para a mesma, tendo o foco da sua segurança nos indivíduos.

O teor global no qual a segurança e a defesa estão inseridas é mais estratégico que outrora, visto o surgimento das novas ameaças. Esse novo conceito teve que evoluir para que sua amplitude abrangesse outras dimensões antes não pensados. Sendo assim, percebe-se a necessidade de se pensar um pouco além da segurança tradicional e começar a pensar mais profundamente sobre outras questões de segurança internacional, como por exemplo, a questão dos mares, onde as ameaças e conflitos estão cada vez maiores visto a importância dessa questão para o cenário internacional.

2.2 Evolução do conceito no Atlântico Sul

O mar é um ponto de estratégia global e tem sido cenário de conflitos causados por interesses que divergem entre os Estados⁸. Nos últimos anos, observa-se um aumento das tensões com relação ao Oceano Atlântico graças ao que ficou decidido na Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (CNUDM), ou Lei do Mar, sobre o estabelecimento das fronteiras marítimas em 200 milhas náuticas e que a cada dez anos os países poderiam entrar com um pedido para aumento e inclusão de novas fronteiras⁹.

A Amazônia Azul, área que compreende as Águas Jurisdicionais Brasileiras, é uma área estratégica do contorno brasileiro que compreende cerca de 4,5 milhões de km², região rica e vasta, que compreende um patrimônio inestimável. É uma área de diversos recursos naturais, alguns considerados essenciais para o comércio brasileiro, como o pré-sal, petróleo, pesca e mineração¹⁰. E é considerado com uma porta de frente para negociações internacionais visto que o Brasil detém uma grande área do ponto mais oriental das Américas até onde se encontra a fronteira internacional marítima. Já foi dito, por exemplo, que o Atlântico é uma grande ponte entre o Brasil e a África, vizinhos de outra margem¹¹.

O oceano é uma parte importante para a história brasileira já que tem a costa mais longa de todos os países que beiram o oceano Atlântico. Os mares do Atlântico Sul fizeram parte da história brasileira, presente em momentos como a colonização portuguesa e o momento histórico do transporte dos navios negreiros vindos da África. Além disso, também foi importante na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria.

Do fim do século XX para início do século XXI, as questões de segurança tradicional e não tradicional vêm sendo cada vez mais importante na visão estratégica do Brasil, visto que o mar começou a ter grande importância para o governo brasileiro no período do presidente Luís Inácio Lula da Silva¹².

⁷ "O poder militar não é a única fonte de segurança nacional e ameaças militares não os únicos perigos que os Estados enfrentam (embora sejam os mais graves). Como é um resultado de estudo de segurança também inclui o que às vezes é chamado de 'política' - controle de armas, diplomacia, gestão de crises, por exemplo. As questões são claramente relevantes para o foco principal do campo, porque eles se relacionam diretamente com a guerra. Os fenômenos não-militares também podem ameaçar Estados e indivíduos, alguns autores sugeriram a ampliação do conceito de 'segurança' para incluir temas como pobreza, AID's, desastres ambientais, uso de drogas [...]" (WALT, Pág 80, Cap. 10, Security Studies, A Reader) - TRADUÇÃO LIVRE

⁸ *Idem*.

⁹ PEREIRA, BARBOSA, 2012, p. 60.

¹⁰ BRASIL, site da Amazônia Azul, 2014.

¹¹ IPEA, 2014

¹² COUTINHO, 2015, p. 9.

"Hoje, o centro da atividade estratégico-militar desenvolvida por jogadores regionais e globais se desloca para o Atlântico Sul, afirma o diretor do Centro de Avaliações Estratégicas, Serguei Grinyaev: "Atualmente vão ocorrendo mudanças na correlação das forças geopolíticas. Tal se deve às alterações do ambiente geopolítico global. Os centros da Europa Ocidental vão perdendo a sua influência, enquanto os asiáticos vêm ganhando. E nesse contexto, estamos perante a reestruturação dos mercados globais, das vias de transportes transcontinentais e de correntes financeiras. Os fatores determinantes relacionados com a geopolítica foram postos em ação. Daí, o interesse manifestado em relação ao Atlântico Sul e outras regiões."." ¹³

Além da defesa do território marítimo brasileiro, algumas novas ameaças estão surgindo no Atlântico, como o tráfico de pessoas e drogas, a pirataria e o derramamento de lixo tóxico. Também atingem a área econômica do oceano para o Brasil, sendo que grande parte da população brasileira concentra-se, principalmente, nas áreas litorâneas, além da presença de vários portos importantes para o país.

3. A Relação entre Política Externa e Política e Estratégia Nacional de Defesa

A política externa e a política de defesa são complementares e indissociáveis para a manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente mais cooperativo no Sistema Internacional. A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) tem a responsabilidade de promover o interesse nacional, principalmente em temas relacionados ao desenvolvimento e segurança do país, evidenciando a necessidade de um fortalecimento nos mecanismos de diálogo entre o Ministério da Defesa e o Itamaraty¹⁴.

A Estratégia Nacional de Defesa é o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional e as Forças Armadas (FFAA) para salvaguardar essa independência. Trata especificamente de questões políticas e institucionais cruciais para a defesa do país. Ademais, aborda problemas propriamente militares, influenciados pela "grande estratégia" brasileira, na orientação e nas práticas operacionais das três forças. A Estratégia Nacional de Defesa se complementará por meio de planos para paz e para a guerra, concebidos para enfrentar as variadas hipóteses de emprego¹⁵.

A Estratégia Nacional de Defesa se estrutura em torno de três eixos principais; o primeiro se refere a como as Forças Armadas devem se organizar e se orientar para o desempenho de sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra. Como explicitado na constituição, a finalidade das Forças Armadas "[...]destina-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". Tal finalidade, embora correta é tida como vaga, pois não serve como orientação precisa dos rumos para o preparo militar. Para isso, necessita-se de um complemento, que seja um balizamento considerando em sua formulação as dimensões política, social, econômica e tecnológica do país. Como ônus institucional, o Ministério da Defesa procura promover o aprimoramento da política de defesa e a produção de seus desdobramentos propriamente militares e estratégicos¹⁶.

O segundo eixo refere-se à reorganização da indústria nacional de material bélico e de defesa, assegurando que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas

¹³ BRASIL, 2014.

¹⁴BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 49.

¹⁵BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2008, p. 9.

¹⁶FLORES, Mario Cesar. Reflexões Estratégicas: repensando a defesa nacional. São Paulo, É Realizações, 2002, p. 95-97.

se apoie em tecnologias sob domínio nacional; e o terceiro eixo trata sobre a composição dos efetivos das Forças Armadas e o futuro do serviço militar obrigatório¹⁷.

No âmbito global, a articulação e o diálogo entre militares e diplomatas em fóruns multilaterais¹⁸ fomenta a antecipação das políticas externa e de defesa, de maneira estratégica, às transformações do Sistema Internacional e de suas estruturas de governança. Essa atuação conjunta visa a diversificação de parcerias de maneira a fortalecer as relações entre países desenvolvidos, porém, havendo possibilidade de cooperação com países ainda em desenvolvimento, inclusive em áreas de tecnologias avançadas. No âmbito regional, a relação entre as políticas externa e de defesa ocorre para fomentar e expandir a integração, visando o fortalecimento da ação sul-americana no cenário internacional.

O Atlântico Sul é a área que aproxima o Brasil do continente africano. A atenção dedicada à África é facilmente refletida no crescimento do comércio, financiamento e investimentos diretos, assim como a cooperação no setor agrícola. A proteção das rotas de comércio e linhas de comunicação com a África tem um grande significado estratégico para o Brasil, sendo um importante fator a favor da consolidação de uma cooperação no Atlântico Sul. Assim, com uma capacidade adequada de defesa, o Brasil estará condicionado a dissuadir agressões a seu território, contribuindo para a manutenção da pacificidade ao seu entorno.¹⁹

4. Histórico “Amazônia Azul”

O Brasil é um país marítimo por natureza. Se não fosse o mar, a história do país teria sido totalmente diversa, a cultura e o desenvolvimento, outros. A importância do mar para a nação é indiscutível. Um olhar leigo para a história da humanidade confirma que muito do desenvolvimento da sociedade ocidental se deu através dos mares. O Brasil é fruto do labor, dedicação e audácia de muitos de seus filhos.

Nossa história começa no século XV, com as Grandes Navegações, quando se lançaram os europeus nos oceanos em busca de um novo caminho verso o Oriente. A partir de então, nossos laços com os mares se tornaram intrínsecos.

Apenas chegada a notícia na moderna Europa das riquezas de América, a cobiça estrangeira se tornou realidade. O período colonial se tornou um tempo de conquistas e confrontos em torno dessas riquezas, e o mar sempre foi cenário dessas pelejas. No Brasil, os séculos subsequentes ao descobrimento foram de constantes ataques por partes de diferentes nações europeias. Piratas ou missões oficiais tinham por interesse o saque das riquezas naturais, ou ocupação dos domínios portugueses; assim, aventuraram-se durante os séculos XVI e XVII, em terras de Pindorama, ingleses, franceses e holandeses²⁰. A luta pela liberação das terras brasileiras contra os invasores sempre foi marcada por intensas lutas navais, algumas vezes, com auxílio dos próprios nativos como na expulsão dos franceses no Rio de Janeiro, quando os portugueses tiveram o auxílio da Confederação dos Tamoios.

A União Ibérica, também, marcou a mudanças das relações em águas e em terras brasileiras. O tratado de Tordesilhas deixou de fazer sentido, nações amigas passaram a ser inimigas. Como consequência entraves existentes deixaram de existir e os Bandeirantes incursionaram por fendas dentro da mata-virgem estendendo nossas fronteiras para o interior, delineando o Brasil do Tratado de Madrid (1750)²¹.

As terras do Brasil Colônia só se mantiveram ao longo dos séculos graças ao controle dos rios como na região da Prata, ou na Amazônia, graças ao controle do rio Amazonas pela

¹⁷BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa, 2008, p. 10.

¹⁸A exemplo do Conselho de Defesa Sul-Americano.

¹⁹BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012, p. 51.

²⁰MOTA, 1999.

²¹BRASIL, 1950.

Marinha portuguesa. O acesso ao mar é vital para controle da soberania no território nacional. Entretanto, a vulnerabilidade proveniente de ataques estrangeiros no Atlântico Sul é histórica. O interesse das potências sempre foi claro. No período colonial, primeiro objetivo era salvaguardar as comunicações entre metrópole e colônia, logo defender o território das incursões de piratas.

Até meados do século XX, praticamente todas nossas relações econômicas – comércio interno e comércio externo – davam-se através das águas. À época importava-se quase tudo, em contrapartida, o café, principal produto brasileiro, saía de Santos para os portos europeus. Nossa participação, na II Guerra Mundial, deu-se porque navios que faziam o transporte de cabotagem na costa brasileira sofreram ataques de submarinos alemães²² e o comércio com a Europa se tornava cada vez mais complexo, devido às ingerências do poder do Eixo no Atlântico. O Brasil praticamente estagnou-se, o que levou o governo brasileiro a tomar medidas como a política de substituição de importações e proteção do território nacional. Durante a guerra, perdeu-se mais vidas em águas brasileiras, no Nordeste, por meio de um único submarino alemão (U-507), do que na Itália em combate direto. Ocorrido os ataques do U-507, o governo reconheceu Estado de Guerra, em agosto de 1941, e declarou guerra contra o Eixo²³.

Em 1961, o Brasil quase teve um enfrentamento armado com a França devido a um imbróglio diplomático chamado de “Guerra da Lagosta”, cujo questionamento foi engendrado pela presença de barcos de pesca franceses em águas brasileiras. A crise, apesar de ser vista de maneira jocosa, por alguns, foi muito grave, e pode evoluir num conflito militar maior²⁴.

Nossas fronteiras terrestres estão definidas há tempos, desde a gestão do Barão do Rio Branco, no período do Império, quando adotou a política *uti possidetis*, evitando conflitos armados com os países vizinhos. Muito sábio soube utilizar o *soft power*, mas consciente de que “os vizinhos mais perigosos são os mais atrasados, enfraquecidos pelas discórdias civis ou desorientados pelas ambições que a tirania inspira”²⁵, motivo que o levou a modernizar a marinha e reestruturar o exército.

As fronteiras marítimas, por sua vez, historicamente evoluíram de acordo com as tecnologias. Houve um tempo que a soberania sob os mares era guiada pelo princípio: “*terrae potestas finitur ubi finitur armorum vis*”. Durante o imbróglio diplomático, na década de 60 no século passado, este era ainda o critério (três milhas marítimas de mar territorial). O velho conceito de tiro de canhão perdeu validade e foi substituído para seis ou doze milhas²⁶.

Em 1981, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM), hoje, aderida por um total de 150 países, definiu até doze milhas como mar territorial com soberania por parte do Estado costeiro sobre águas, solo, subsolo e espaço aéreo. A partir do mar territorial, o exército não exerce a soberania, mas segue sob jurisdição os espaços marítimos, as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) – zona na qual o estado costeiro exerce direitos de soberania para explorar, conservar e gerir os recursos naturais vivos e não-vivos – a qual se segue pelas próximas duzentas milhas²⁷.

O número VI da Convenção define que além das 200 milhas marítimas, o Estado que pretenda exercer soberania por limite exterior ao da Plataforma Continental deve apresentar à Comissão de Levantamento da Plataforma Continental (CLPC) da ONU as características dessa extensão com um amplo estudo científico com o prazo limite de dez anos contados a partir de 1994, entrada em vigor da convenção²⁸. Aqui, o Brasil abriu espaço para a formação da

²² MONTEIRO, 2012.

²³ MONTEIRO, 2012.

²⁴ PINTO, 2004, p.167.

²⁵ KLINTOWITZ, 2014.

²⁶ VIDIGAL, 2006.

²⁷ ONU, 1981.

²⁸ ONU, 1981.

Amazônia Azul; fato que caberá à história julgar a relevância sob o critério romano de *magistra vitae*.

Ao longo de dez anos, liderados pela estatal petrolífera brasileira em conjunto com a Marinha foram feitos os estudos denominados Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC) para o Brasil exigir soberania sobre a linha excedente à Zona Econômica de Exploração. A proposta segue em avaliação na ONU até o presente momento.

Uma enorme região, com quase 4,5 milhões de Km², praticamente, metade de todo o território terrestre brasileiro. Por isso, chamado de Amazônia Azul²⁹. No nosso mar estão 80% do petróleo que prospectado e as grandes reservas de gás natural. O pré-sal veio acrescentar importância à região de mar brasileira, não escapando da antiga cobiça estrangeira as riquezas inexploradas. Desse modo Vidigal et al. segue, em outro artigo:

O conceito de Amazônia Azul é, portanto, um código nacional, um movimento atual de retorno efetivo ao inexorável destino marítimo brasileiro. Temos a robustez necessária para absorver os vieses da história, sem perder o rumo certo no mar, e precisamos dinamizar a mobilização política nacional para os seus objetivos. [...] É dever sagrado para a nossa geração conhecer e desenvolver as capacidades necessárias para o pleno exercício dos direitos sobre a zona econômica exclusiva e a plataforma continental, que nos cabem, pelos tratados internacionais vigentes³⁰.

Esse patrimônio ignoto, repleto de riquezas minerais e biológicas, exige vigilância constante e aparelhamento da Marinha, tornando a Amazul e principalmente o Programa Nuclear da Marinha, que prevê o desenvolvimento de um submarino à propulsão nuclear, ainda mais estratégicos e necessários.

Apesar do alto desenvolvimento tecnológico, pelo menos 95% do comércio exterior³¹ é feito pelo mar, em contrapartida, o transporte de cabotagem quase abandonado. As potencialidades da Amazônia Azul ainda são pouco exploradas, considerando-se não só a atividade pesqueira ou o extrativismo mineral, mas à própria vastidão cultural através do turismo, um verdadeiro paraíso, com importantes atrativos. Silva afirma:

Além da indústria pesqueira e do turismo, fonte de renda e emprego de milhões de brasileiros, o país depende enormemente dos recursos que hoje retira do mar. A segurança energética do país depende majoritariamente da segurança de nossas instalações *off shore*. Além disso, o sucesso econômico do país – sua imensa capacidade de competir vitoriosamente no mercado externo como grande fornecedor de commodities, por exemplo – depende da segurança, eficácia e prontidão de portos e terminais marítimos. Ou seja, a prosperidade do Brasil – em todas as suas dimensões, do puramente econômico até sua capacidade de diminuição das diferenças sociais que ameaçam nossa paz interior – está diretamente vinculada a nossa capacidade de proteger, operar e expandir nossas oportunidades navais³².

Um país de características continentais seguidas de um enorme litoral tem necessidade de uma pronta resposta às necessidades de defesa e de comprometimento internacional. Não é somente defender o pré-sal, são 4,5 milhões Km² a serem vigiados e mantidos com segurança³³. Em 1990, esses termos foram definidos por especialistas convocados pela Organização das Nações Unidas (ONU) como “uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica, de maneira que

²⁹ VIDIGAL, 2006.

³⁰ VIDIGAL, 2009.

³¹ II Seminário de Direito, Desenvolvimento Portuário e Construção Naval, 2012.

³² SILVA, 2009.

³³ VIDIGAL, 2006.

podem dedicar-se livremente a seu próprio desenvolvimento e progresso”³⁴. Uma atuação medíocre é campo fértil para atos ilícitos desde pirataria, contrabando a despejos ilegais de material poluente.

Contudo, hoje, mesmo depois de todo esse processo, nosso território não está livre da ingerência estrangeira diante de tantas riquezas marinhas. Uma vez atacada por submarinos ocultos nas entranhas do oceano, nossa marinha desenvolve, na atualidade, a tecnologia para defesa das águas brasileiras através da Amazul: A Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. – Amazul é uma empresa estatal criada através de um decreto presidencial em 2013 para desenvolver o Programa Nuclear Brasileiro (PNB), o Programa Nuclear da Marinha (PNM), e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e assegurar a plena soberania sobre águas jurisdicionais brasileiras, a Amazônia Azul³⁵.

A Amazônia Azul, os limites das águas jurisdicionais brasileiras, é a nova fronteira brasileira a ser definida. Porém, essa enorme área não possui uma linha concreta que estabeleça seus limites. A definição dessas águas se dá através de navios e ações de presença. Por isso:

A Marinha tenciona dispor de uma força naval compatível com a estatura -político-estratégica do país. Para obtê-la, depende de uma política de Estado concreta e aporte contínuo de recursos financeiros, visando assegurar o cumprimento dos programas atuais e futuros, no mesmo ritmo da ampliação das atividades econômicas na Amazônia Azul, destacando-se as áreas do pré-sal³⁶.

O Atlântico Sul é vital para as nações desenvolvidas. Para o Brasil, essa relação se torna ainda mais importante. Monitorar incessantemente esse imenso Oceano é um enorme desafio. Não existe um enorme vazio nessa área. Países como a Grã-Bretanha, por exemplo, mantêm interesses na área. O Reino Unido possui um cordão de ilhas oceânicas, onde em algumas se encontram instaladas bases militares.

Ao invés do que o senso comum apregoa, as Forças Armadas têm inúmeras responsabilidades além da defesa em caso de guerra. As funções em tempo de paz são várias, e muito delas provêm do papel que o Brasil assume no cenário internacional. A Amazônia Azul é um novo empenho como adverte Luiza Salzano³⁷, por isso, é necessário que se priorize o investimento em pesquisa nas áreas marítimas, bem como o reaparelhamento urgente da frota naval da Marinha, a qual é indispensável para que se protejam e fiscalizem os limites da Amazônia Azul, uma vez que o fator militar de um país deve ser compatível com seu papel como ator internacional.

Ao Brasil, assim como a qualquer outro país que busque salvaguardar sua soberania, diante do porvir da nova geopolítica mundial, assentada sobre uma sempre mutável relação que pode levar a crises e controvérsias, urge definir o domínio e a responsabilidade sobre as áreas marítimas. O que leva Geoffrey, a expor:

O mar continuará a ser importante para o futuro de nosso mundo e, em particular, para o Brasil, em uma época em que o mar, além do transporte marítimo em escala mundial, provê bens naturais e minerais em quantidade. É até possível dizer que, no futuro, a importância dos mares tende a aumentar, como consequência do crescimento dos recursos que vêm, cada vez mais, colocando à disposição da humanidade³⁸.

³⁴ BRASIL, 2005.

³⁵ BRASIL, 2013.

³⁶ BRASIL, 2008.

³⁷ SALZANO, 2009.

³⁸ TILL, 2006.

Diante de tantos desafios, o Brasil possui diante de si um imenso horizonte de discussões sobre soberania e cooperação. Até o momento, o Brasil segue como um ator global, de importância pétrea, graças ao empenho e confiança de muitos de seus filhos.

5. Soberania e A Proposta de Aumento da Área da Amazônia Azul

O conceito moderno de soberania fala que esse termo remete a um somatório dos poderes internos e as relações entre os Estados que garantem a realização dos seus objetivos não só em âmbito doméstico como no cenário internacional³⁹. Soberania não se atrela mais a questões de sujeição ao poder, mas é dada justamente pelos interesses que surgem oriundos dessas relações, e o Brasil imprime sua soberania na região do Atlântico Sul pela sua importância no contexto de estabelecimento de relações entre Estados realizando suas ambições tanto para o avanço nacional como para a ordem internacional.

O Brasil como o país que possui a maior costa atlântica do mundo⁴⁰, demonstra-se um grande entusiasta quando o assunto é garantir a paz e dar segurança a todo Atlântico Sul. O Atlântico Sul tem uma grande importância geopolítica, pois após a Segunda Guerra Mundial começou a ser notado o potencial econômico que tinham os mares, e nessa corrida do mundo bipolar que iniciava-se era de suma importância o descobrimento de novas reservas de minerais além da articulação com outras nações para o estabelecimento de suas ideologias. Nesse cenário de bipolarização causado pela Guerra Fria o Brasil adotou uma postura estratégica baseada na defesa principalmente da Amazônia e da Região do Prata, e devido o término desse período e as relações que começaram a surgir com o continente africano a nova postura adotada era de maior ênfase nos planos estratégicos relacionados ao Atlântico Sul, atitude importantíssima para a ideia defendida pelo Brasil de construção de uma identidade regional⁴¹.

Essa cooperação que emerge tem o intuito de além de construir essa identidade regional alterar as relações de poder vigentes até então nesse espaço, e o governo brasileiro mostrou-se o precursor nesse sentido e era o ator principal nas relações desenvolvidas por essas cooperações. O Brasil aparece como um *region-builder*⁴² no Atlântico pela sua participação nas tomadas de decisões das regiões baseada na história e política de todos os atores envolvidos utilizando-se do seu capital político. A abordagem do Brasil no Atlântico Sul disseminada é usar a cooperação como meio de focar nas preocupações em comum⁴³.

Historicamente os mares possuíam única e exclusivamente caráter econômico para os Estados, todavia com o potencial que eles possuem em recursos, muitas vezes os Estados utilizam-se de sua soberania no mar como artifício político. Ao fim da Segunda Guerra Mundial fora acordado que adjacente ao seu território cada Estado teria soberania sobre as águas 3 milhas náuticas adiante, porém a Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas (ILC) criou as chamadas Zonas Contíguas (CTS) em 1958, permitindo aos Estados ampliarem o seu território marítimo de 3 para 12 milhas náuticas⁴⁴.

Desde dos anos 1970 que têm-se conhecimento da existência da camada de pré-sal na costa brasileira que vai de Santa Catarina até o Espírito Santo numa extensão de 800km por 200km de largura indo até 7.000 M de profundidade, porém naquela época o governo brasileiro por meio da estatal Petrobras não detinha tecnologia necessária para a exploração. A partir dos

³⁹ BULL, 2002, p. 13.

⁴⁰ ABDENUR e NETO, 2014.

⁴¹ *Idem*.

⁴² Consultor regional (tradução livre).

⁴³ NEUMANN *apud* ABDENUR e NETO, 2014, p.7.

⁴⁴ REIS, 2011.

anos 1990 o Brasil começou a pleitear na ONU um avanço do território que hoje conhecemos por Amazônia Azul, a intenção era se beneficiar com boa parte da camada de pré-sal que encontra-se nessa faixa adicional barganhada pelo governo brasileiro e que detêm uma infinidade de recursos naturais com enorme potencial de exploração, beneficiando de uma maneira incalculável não só financeiramente o Brasil, como também em diversos outros aspectos⁴⁵.

Somente em julho de 2010, a Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLCS) foi parcialmente favorável a demanda brasileira sobre a validação da extensão da plataforma continental do país. Agora as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) seriam ampliadas em 22%, de 3,51 milhões de km² para 4,27 milhões de km². O balanço brasileiro foi satisfatório porque tinha-se planejado para a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar uma expansão em até 900 mil km² e esse número quase foi atingido. Vitória brasileira não somente por sua demanda atendida, como também pelo fato de ter sido o primeiro país a ter um pedido como esse atendido desde da criação da Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU (CLCS) em 1982⁴⁶.

O aumento das Águas Jurisdicionais Brasileira juntamente à ONU consolida a política de cooperação no Atlântico Sul, reforçando as alianças bilaterais como multilaterais. Com descobertas de novas reservas e a exploração do pré-sal o Brasil eleva sua extração de petróleo e outros hidrocarbonetos, entretanto a medida que essa exploração a segurança também tem que ser intensificada como acontece na Amazônia, e cada atitude praticada por algum Estado que coloque em xeque a soberania brasileira tem que ser combatida.

Trazendo o aspecto da soberania para o Estado Brasileiro, a Marinha tenta difundir uma mentalidade marítima necessária para a manutenção dessa soberania, em 2004 por meio de notas lançadas em jornais de grande circulação no país, um Almirante da Marinha Brasileira usou pela primeira vez o termo “Amazônia Azul” como símbolo da soberania nacional, essa foi uma estratégia que surtiu efeito e repercutiu domesticamente. Essa soberania brasileira está sendo garantida pelo aumento maciço na capacidade naval do nosso país.

5.1 Ativação da Quarta Frota e Possíveis Ameaças à Soberania Brasileira

A defesa brasileira passa por um momento de constante alerta, além da pirataria, tráfico humano e de drogas entre outros problemas que ameaçam a segurança do nosso Estado temos de ser vigilantes com os avanços de potências mundiais no Atlântico Sul. Com o avanço na extração de recursos na camada do pré-sal e o Brasil mostrando-se autossuficiente e com capacidade de produzir novas formas de energia como a nuclear, muitos países se incomodaram com o crescimento do Brasil no Sistema Internacional e a sua importância principalmente energética.

Os EUA que acompanha o crescimento energético brasileiro e sabe de todo o seu potencial petrolífero já vem diminuindo a sua sujeição ao petróleo do Oriente Médio, fator importante para se ter uma desconfiança quanto aos interesses norte-americanos no nosso território, visto que houve uma ação do governo americano que foi de encontro aos interesses brasileiros e foi reprovada pelo governo Lula. Em 2008, os EUA reativaram a sua quarta frota para o controle do Atlântico Sul, caracterizando uma discrepância de recursos e força naval naquele momento. O governo brasileiro mostrou-se insatisfeito não só com essa atitude tomada pelo governo americano, discordando também da permissão que foi dada aos países-membro da OTAN interferirem militarmente em qualquer lugar do planeta caso os seus interesses não estejam sendo levados em conta⁴⁷.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ CAMPBELL, 2011.

⁴⁷ NEVES, 2013.

A França é outro país que possui navios o tempo todo na nossa costa, especificamente na foz da Bacia Amazônica e no meio do Atlântico, para intervirem caso os interesses franceses fossem contrariados, sendo junto ao EUA e a Grã-Bretanha também atores importantes na região. A Grã-Bretanha por sua vez protagoniza junto a Argentina todo o imbróglio relacionado às Malvinas/Falklands⁴⁸.

Apesar de todas as condenações feitas pelo Brasil aos países-membro da OTAN ele é signatário de um acordo com a Grã-Bretanha de cooperação em defesa mesmo seguindo do lado argentino no que tange a relação das Malvinas/Falklands. O Brasil também mantém relações estreitas de cooperação com os EUA, e não somente no que se refere a defesa. Os grandes questionamentos que são surgem referem-se as reais intenções dessas potências no Atlântico Sul, limitam-se a questões de cooperação ou tentam simplesmente se sobrepor a outros Estados e usurpar suas soberanias?

Segundo o ex-ministro da Defesa, Celso Amorim, a solução diante das ameaças às soberanias estatais do Atlântico Sul são as cooperações, pois com uma maior relação entre os atores regionais evita-se que o Atlântico Sul seja visto como um vazio de poder atraindo forças externas, e a cooperação assim afastará o interesse de terceiros na região l1.

6. Brasil e Cooperação na Região Sul-Atlântica

A preocupação brasileira sobre o Atlântico Sul surge no período da Guerra Fria (1945-1989) com a criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS). Em 1986, o Itamaraty propôs a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), que veio a ser aprovada no mesmo ano na 41ª Assembleia Geral da ONU. Contando com o apoio de 10 países da Assembleia do Sul e da vertente ocidental da África, porém essa iniciativa não obteve apoio unânime, contou com 8 abstenções e o voto contra dos EUA, com a argumentação de que a Zona não tinha seus contornos geográficos perfeitamente delimitados⁴⁹.

No contexto da Guerra Fria, o Atlântico Sul era marginalizado, tendo sua principal importância como uma rota marítima no transporte de petróleo.⁵⁰ Afim de ter maior controle da região, os países que são banhados pelo Atlântico Sul tomaram alguns mecanismos militares, sendo a de maior relevância a constituição da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). A OTAS funcionaria aos moldes da aliança militar liderada pelos Estados Unidos da América e Europa Ocidental no Atlântico Norte (OTAN). A proposta da OTAS foi pautada na “ameaça” comunista, já que a URSS cada vez mais aumentava seu poder de influência na região do Atlântico Sul⁵¹. Rejeitando a proposta Sul-Africana de militarizar a região, o Brasil objetivou, mesmo que não declaradamente, a minimização da interferência de Estados de fora da região.⁵²

Essa preocupação brasileira se dá particularmente de modo a proteger seus recursos naturais, extensas áreas de petróleo e gás.⁵³ Procurando proteger as fronteiras da Amazônia Azul, o Brasil, no ano de 2004, apresentou um pedido de extensão da Plataforma Continental (PC), de acordo com o art. 76 da CNUDM III e seguindo os preceitos das “*Scientific and Technical Guidelines*” – SGT, documento da ONU que regulamenta o artigo em questão. Em resposta à tal pedido a Comissão para os Limites da Plataforma Continental da ONU (CLPC),

⁴⁸ AMORIM *apud* ABDENUR e NETO, 2014, p.230-231.

⁴⁹ MIYAMOTO, 1987, p. 1.

⁵⁰ PENHA *apud* COSTA, 2013, p. 3.

⁵¹ JOSÉ *apud* COSTA, 2013, p. 3.

⁵² DODDS *apud* COSTA, 2013, p. 3.

⁵³ THOMPSON e MUGGAH, 2015, Carta Capital.

no ano de 2007 sugeriu que o Brasil apresente nova proposta com novos limites, reduzindo a proposta inicial de 350 milhas em 20 a 30%⁵⁴.

Após o fim da Guerra Fria e a queda do regime do *apartheid* nos anos 1990, a ZOPACAS foi se esmorecendo no âmbito da política externa, até que 9 anos depois da última reunião realizada em Buenos Aires, houve uma reunião em Luanda, em 2007, renovando a importância da ZOPACAS. Nessa Conferência foi estabelecida a Agenda de Luanda, voltada para o âmbito social, pesquisas marinhas, considerações geopolíticas, importância ambiental do Atlântico Sul, por ser uma área rica em biodiversidade, prevenção de conflitos e busca da paz, estabilidade e segurança. Essa Agenda foi melhor discutida e calcada em 2013, na cidade de Montevidéu, reforçando a preservação dos direitos soberanos dos Estados da região em termos de utilização dos recursos marítimos do Atlântico Sul⁵⁵.

De fato, a iniciativa brasileira de revitalizar a Zona de Cooperação é um modo de ressaltar os princípios estabelecidos na Resolução que legitimou a ZOPACAS, na Assembleia Geral da ONU, sobretudo no que diz respeito às regras a serem seguídas pelos países de fora da região do Atlântico Sul. De modo estratégico a revitalização passou a ser parte do interesse brasileiro inicialmente com a Política de Defesa Nacional (2005), e assim que foram anunciadas as reservas de pré-sal, em 2007, mesmo ano da VI Conferência Ministerial da ZOPACAS, em Luanda⁵⁶, o governo brasileiro quis consolidar sua projeção no Atlântico Sul e nos países que fazem fronteira com o Oceano a partir de documentos como a Estratégia Nacional de Defesa (2008) e no pós governo Lula, com o Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

A cooperação brasileira no Atlântico Sul também surge em outras organizações como na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), usando da cooperação Sul-Sul, para estreitar as relações com países que têm laços histórico-culturais, sobretudo com os países africanos lusófonos, estes que chegam a receber quase 70% da cooperação brasileira prestada ao continente. A cooperação Sul-Sul com a África, no âmbito da defesa voltou a ser prioridade a partir de 2003, desde então foram assinados acordos desse tipo com sete países africanos⁵⁷, sendo dois (Angola e Moçambique), membros plenos da CPLP⁵⁸.

Existem também iniciativas por parte da Cúpula América do Sul-África que compreende 54 países africanos e 12 latino-americanos, as iniciativas da Cúpula é a de formação de uma identidade em comum entre os países da região Sul-Atlântica; e BRICS que é um grupo econômico formado em 2006, contando apenas com Brasil, Rússia, Índia e China, só em 2011 que a África do Sul passou a ser membro do grupo econômico, e trata de países em ascensão econômica que procuram na cooperação um modo de manter seu ritmo de desenvolvimento econômico⁵⁹, o BRICS mesmo não tendo um programa específico para a defesa, discute planos de segurança e a participação da África do Sul e Brasil podem levar a região do Atlântico Sul à tona⁶⁰.

No âmbito bilateral, as relações com a Argentina e a África do Sul se destacam das demais, as relações de cooperação Sul-Sul se dão além do interesse de segurança, mas também no técnico e social. A aproximação brasileira com a Argentina surge numa perspectiva regional

⁵⁴ MARTINS e NETTO, 2012, Portopédia (online).

⁵⁵ ABDENUR e NETO, 2014, p. 229.

⁵⁶ SILVA, 2014, p. 208.

⁵⁷ África do Sul, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria, Senegal, Angola e Moçambique.

⁵⁸ ABDENUR e NETO, 2014, p. 216.

⁵⁹ MRE (site), 2014.

⁶⁰ ABDENUR e NETO, 2014, p. 232.

afim de gerar mais estabilidade, desenvolvimento e integração entre os países sul-americanos, criando uma identidade sul-americana⁶¹. As Marinhas africana e brasileira têm uma forte cooperação estratégica, realizando curso de formação para oficiais além de intercâmbios operativos, reuniões e encontros anuais. Em 2006 as forças aéreas da África do Sul e Brasil, iniciaram o desenvolvimento de um projeto de míssil Ar-Ar⁶² que pode realizar manobras para atingir alvos durante seu voo, chamado de A-Darter, esse projeto será finalizado no segundo semestre de 2015⁶³. As similaridades entres esses três Estados não dão margem suficientes para a existência de uma estratégia comum e que tenha foco nos desafios políticos e de segurança no Atlântico Sul⁶⁴.

No período do governo Lula (2003-2010), a cooperação brasileira Sul-Sul com a África e a América do Sul ganharam impulso, na África com o CLPL, revitalização da ZOPACAS e relações bilaterais⁶⁵; na América do Sul com a exaltação do Mercosul e o estabelecimento da Unasul, além do Conselho de Defesa Sul-americano, essas instituições foram essenciais para a projeção da influência da política externa brasileira na região do Atlântico Sul e até uma projeção mundial, voltando a ter como maior objetivo o assento permanente no Conselho de Segurança da ONU⁶⁶. Com o anuncio da descoberta de petróleo na região do pré-sal, em 2007, o Brasil aumentou seu investimento na Marinha de R\$ 399 milhões para R\$ 3,56 bilhões, em 2010, isso gerou o interesse na revitalização da ZOPACAS, e estreitamento de laços de cooperação com países vizinhos que tem o Oceano Atlântico como costa e também no outro lado do Oceano⁶⁷.

O Brasil tem a maior costa Sul-atlântica, portanto seu interesse em proteger a sua área marítima é grande, cooperação entre os países que fazem parte da região do Atlântico Sul é seu maior trunfo, desde o período do governo Sarney, década de 80, as políticas de cooperação Sul-Sul com a África iniciaram⁶⁸. Baseado no artigo 21, inciso III, “assegurar a defesa nacional”, o Brasil desenvolveu o projeto da Amazônia Azul, uma zona de proteção da Plataforma Continental brasileira⁶⁹, além da Política de Defesa Nacional (2005), Estratégia de Defesa (2008), que definiu as estratégias de cada força nacional, e em 2012, pós governo Lula, o Livro Branco de Defesa.

O interesse brasileiro em ter acordos de cooperação com os países banhados pelo Atlântico Sul é conseguir criar uma identidade sul-atlântica, a partir da ZOPACAS, estudiosos como Silva (2014) veem essa tentativa como complexa:

Primeiramente, por ser o Atlântico Sul compartilhado com dezenas de nações do continente africano. Segundo, pela presença de possessões de países extrarregionais. Finalmente, pelas características das normas vigentes no mar, onde a liberdade de navegação não permite um conceito restrito de “territorialidade”, por isto significaria reduzir a capacidade da potência militar hegemônica e das demais potências navais de atuarem na política internacional por meio de suas forças navais que são seu principal instrumento militar de alcance global⁷⁰.

⁶¹ SILVA, 2014, p. 208.

⁶² Acordo de cooperação firmado em 2003 (OLIVEIRA e NETTO, 2014, p. 13).

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ VAZ, 2011, p. 68.

⁶⁵ SILVA, 2014, p. 199-211.

⁶⁶ ABDENUR e NETO, 2014, p. 219.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 221-222.

⁶⁸ COSTA, 2013, p. 3.

⁶⁹ BRASIL, site da Amazônia Azul, 2014.

⁷⁰ SILVA, 2014, p.209.

O Brasil busca criar um “cinturão de boa vontade” a partir da criação de uma identidade comum com os países da costa ocidental da África. Celso Amorim (2013), revelou a diferença da ZOPACAS se comparado com outras iniciativas, como a OTAN, a ZOPACAS busca a promoção da paz e da cooperação entre os países na região do Atlântico Sul. Amorim acredita que a cooperação entre os Estados da região fará com que o Atlântico Sul seja vista como uma região com poder, sem atrair forças externas. Ele confirma essa ideia quando falou no encontro da ZOPACAS, em 2013, “cooperando entre nós, também estaremos dissuadindo terceiros de interferirem nos nossos assuntos”⁷¹.

7. Considerações Finais

No pós-Guerra Fria a segurança foi deixada de lado e a economia tomou conta das relações entre os Estados, porém essa conjuntura se alterou quando houve o ataque às Torres Gêmeas, no 11 de setembro, nos EUA. Assim a segurança passou a contemplar não só o conceito idealista de segurança (defesa do indivíduo), mas também questões como a fome, narcotráfico e tráfico humano e segurança dos mares.

Ponto de estratégica global, o mar tem sido cenário de diversos conflitos, porém nos últimos anos, o interesse sobre o Oceano Atlântico, em sua região Sul, tem sido alvo de preocupação, principalmente do Brasil, por causa do anúncio da descoberta de petróleo na camada do pré-sal, na Plataforma Continental Brasileira. Com esses interesses surgem ameaças à soberania brasileira sobre as Águas Jurisdicionais, principalmente quando a 4ª Frota foi reativada e vista com maus olhos pelo presidente em gestão, Lula.

Mas antes da reativação da 4ª Frota, o governo brasileiro propôs o aumento de sua Plataforma Continental, para expandir suas Águas Jurisdicionais, de modo a ter melhor área de proteção de seus recursos. Tal proposta foi rejeitada pela ONU, que sugeriu uma redução de 30% da área proposta. Essas medidas de defesa e segurança não andam separadas da política externa brasileira, e como a estratégia da política externa brasileira no governo Lula era a reaproximação com o continente africano através da cooperação Sul-Sul, foi feita uma ligação entre o Ministério da Defesa e Ministério de Relações Exteriores, de modo a expandir as áreas de interesse das relações de cooperação.

No ano de 2004 o termo “Amazônia Azul” foi utilizado pela primeira vez para se referir a área de 4,5 bilhões de km², tão importante quanto a região amazônica, no norte do Brasil. Desde então, políticas públicas de aumento de investimento na Marinha do Brasil vem sendo aplicado. No entanto o Brasil sabe que um país para estar seguro precisa que seus vizinhos se sintam seguros, e nada melhor que a cooperação entre eles. Na América do Sul, o Brasil fortalece a cada dia as relações com a Argentina para gerar estabilidade e confiança entre as duas nações. No outro lado do Oceano, o Brasil mantém relações com quase todos os países africanos, especialmente os países que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo esses Estados os que recebem 70% da cooperação prestada ao continente africano.

Com a iniciativa de criar uma identidade sul-atlântica é importante para criar um ambiente de paz, harmonia e cooperação na área, gerando o mencionado “cinturão de boa vontade”, para que influencias externas não vejam o Atlântico Sul como fraco, além de pôr em prática o acordo da ZOPACAS que trata de como os países de fora da região devem se comportar, claramente a ZOPACAS é uma forma de manter longe os Estados “estrangeiros” à região. Área com tendências a aumentar sua importância no médio prazo, pela sua integração e

⁷¹ BRASIL, 2013, p.3.

promoção da paz e cooperação, além de economicamente beneficiado com descoberta de petróleo nas plataformas continentais de pré-sal da costa brasileira. Com a mente de não apenas ver a vantagem econômica do petróleo, o Brasil como principal ator das relações Sul-Sul pode e está alterando o ambiente, transformando-o em região de cooperação, assim como o fez na América do Sul.

Referências

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África.** In: IPEA. O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico. Rio de Janeiro: IPEA. p. 215-238 2014.

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Atlântico Sul e a cooperação em defesa entre o Brasil e a África.** In: IPEA. O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico. Rio de Janeiro: IPEA. 2014.

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. **O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul.** Rev. Bras. Polít. Int. 57 (1) : 5-21 [2014]

ALVES, Felipe Dalenogare. **O conceito de soberania: Do estado moderno até a atualidade.** Revista Âmbito Jurídico.

BATTAGLINO, Jorge. **A reativação da IV Frota e o novo paradigma de controle global dos Estados Unidos.** Disponível em: <http://www.academia.edu/5778771/A_reativa%C3%A7%C3%A3o_da_IV_Frota_e_o_novo_paradigma_de_controle_global_dos_Estados_Unidos>. Acesso em: 5 jul. 2015.

BRASIL. **AMAZUL: Marinha Brasileira.** Disponível em: <<https://www1.mar.mil.br/amazul/?q=ultima-fronteira>>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

_____. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** Brasília: Ministério de Relações Internacionais, 2014.

_____. **Constituição Federal.** Brasília: 1988.

_____. **Decreto N° 5.484, DE 30 DE JUNHO DE 2005.** Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: 2008.

_____. **Intervenção do Ministro da Defesa, Celso Amorim.** In: REUNIÃO MINISTERIAL DA ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS), 7., Montevideu, 15 de janeiro de 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/zopacas.pdf>. Acesso em: 3 de julho de 2015.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília: 2012.

_____, **Ministério das Relações Internacionais, Instituto Rio-Branco.**
Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid. Rio de Janeiro, 1950.

_____. **Senado do Brasil.** Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/razoes-para-a-implementacao-da-estrategia-nacional-de-defesa/amazonia-azul-no-oceano-atlantico-tem-enorme-importancia-estrategica-e-economica.aspx>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

BRAZILIAN CONTINENTAL SHELF SURVEY PROJECT. **Continental shelf and UNCLOS article 76.** Brazilian Submission, 2004. Disponível em:
<<http://jus.com.br/artigos/14372>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem na Política Mundial.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da Ordem na política mundial.** São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CAMPBELL, Ulisses. **Amazônia no mar.** Brasília: Jornal Correio Brasiliense, 2007. Disponível em: <
http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/informativos/AmericaLatina/Costa_brasileira.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2015.

COSTA, Murilo Gomes da. **Brasil e Zopacas: A Manutenção do *Status Quo* e a Projeção no Atlântico Sul.** Porto Alegre: Seminário Brasileiro de Estudos Estratégicos Internacionais. 2013.

COSTA, Wanderley Messias da. **Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia.** Confins-Online. Disponível em: <<http://confins.revues.org/9839>>. Acesso em: 3 de julho de 2015.

COUTINHO, Izadora Caminha. **A Revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS): Uma Perspectiva Brasileira.** 5ª Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais. 2015.

DIAS, Vanda Amaro. MOTA, Sarah Carreira. RANITO, Jovana Jezdimirovic. **Retrospectiva do Conceito de Segurança: Alargamento e Aprofundamento da Agenda Securitária no Pós-Guerra Fria.** Universidade de Relações Internacionais. Volume 9. Número 2. Páginas 1 - 23. Brasília. 2011. Disponível em:
<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/1448/1493>>. Acesso em: 05 de julho de 2015.

FILHO, Pio Penha. **Reflexões sobre o Brasil e os Desafios do Atlântico Sul no Início do Século XXI.** Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Disponível em:

FLORES, Mario Cesar. **Reflexões Estratégicas: Repensando a Defesa Nacional.** São Paulo: É Realizações, 2002.

IPEA. **O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: 2014.

KLINTOWITZ, Jaime. **A história do Brasil em 50 frases**. Leya, 2014

MARTINS, Eliane M. Octaviano; NETTO, Caio Cesar Alvares Loro. **Soberania e Jurisdição Marítima Brasileira na zona pré-sal**. Online: Portogente: Portopédia. Disponível em: < <https://portogente.com.br/portopedia/soberania-e-jurisdicao-maritima-brasileira-na-zona-pre-sal-79531> >. Acesso em: 03 de julho de 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação?** São Paulo: Revista Lua Nova. Vol.3. n.3. 1987.

MONTEIRO, Marcelo. **U507, o submarino que afundou o Brasil na Segunda Guerra**. São Paulo: Schoba, 2012.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Do mare bellum ao mare clausum: soberania marítima e exploração econômica das águas Jurisdicionais e da área. In: IPEA. O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico. Rio de Janeiro: IPEA. 2014.

MORE, Rodrigo F. O Moderno Conceito de Soberania no Âmbito do Direito Internacional. Disponível em: < <http://www.more.com.br/artigos/Soberania.pdf> >. Acesso em: 7 jul. 2015.

MOTA, Lourenço D. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora SENAC, Vol. 2, 1999.

MOURA, Tatiana. Novíssimas guerras, novíssimas pazes: desafios conceituais e políticos. Revista Crítica de Ciências Sociais. 2007.

NAVAL, Escola de Guerra. **O Papel da Marinha no Atlântico Sul**. Centro de Estudos Políticos - Estratégicos. 2014. Disponível em: <<http://www.defesaaereanaval.com.br/tag/atlantico-sul?print=pdf-page>>. Acesso em: 08 de julho de 2015.

NEVES, André Luiz Varella. **Atlântico Sul: Projeção Estratégica do Brasil para o Século XXI**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2013.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de; NETTO, Gabriela Figueiredo. **África no Horizonte do Brasil: O Estreitamento de Laços Brasil-África para a Defesa do Atlântico Sul**. João Pessoa: Associação Brasileira de Relações Internacionais. 2º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação. 2014.

ONU, **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar**, 1981.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. BARBOSA, Luísa Calvete Portela. **O Atlântico Sul no Contexto das Relações Brasil-África**. Revista Século XXI, Porto Alegre. Volume 3. Número 1. 2012. Disponível em: <<http://sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1836/113>>. Acesso em: 07 de julho de 2015.

PINTO, Fernandes. **Memórias de um repórter**. Brasília: Ed. Thesaurus. 2004.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. **Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – As velhas ameaças se perpetuam nas “novas”?** In: IPEA. *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visão de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: IPEA. 2011.

RUDZIT, Gunther. NOGAMI, Otto. **Segurança e Defesa Nacionais: Conceitos Básicos para uma Análise**. Revista Brasileira de Política Internacional. Volume 53. Número 1. Brasília. 2010. Acesso em: 08 de julho de 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100001

RUDZIT, Gunther. **O Debate Teórico em Segurança Internacional: Mudanças Frente ao Terrorismo?** Civitas. Porto Alegre. 2005. Volume 5, Número 2. Páginas: 297 - 323. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/5/1598>>. Acesso em: 06 de julho de 2015.

SALZANO, Luiza Figueiró. **A Amazônia Azul**. Teresina: Revista Jus Navigandi, ano 15, n. 2423, 18 fev. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14372>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

SILVA, Antônio Ruy de Almeida. **O Atlântico Sul na Perspectiva da Segurança e da Defesa**. In: IPEA. *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico*. Rio de Janeiro: IPEA. p. 199-213. 2014.

SILVA, Francisco C. Teixeira da. **A Amazônia Azul: de volta ao mar!** Disponível em: <http://www.temppresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=1215>. Acesso em: 18 jun. 2015.

SOUZA, Kaiser Gonçalves. **Arcabouço legal para a exploração dos recursos minerais no fundo marinho**. Aula Inaugural do curso de pós-graduação em Direito. Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre: 2009.

THOMPSON, Natan; MUGGAH, Robert. **Amazônia Azul: Brasil confirma sua influência do outro lado do Atlântico**. In: Carta Maior, Tradução: Clarisse Meireles, 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Amazonia-Azul-Brasil-confirma-sua-influencia-do-outro-lado-do-Atlantico/6/33745>>. Acesso em: 30 de junho de 2015.

TILL, Geoffrey. **Poder Marítimo: questões relevantes e desafios**. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, no. 7, p. 8-31, jun., 2006. Disponível em: <<http://www.egn.mar.mil.br/revistaEgn/junho2006/04-poderMaritimo.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

TOMÉ, Luis. **Segurança e Complexo de Segurança: Conceitos Operacionais**. E-Journal Of Internacional Relations. Disponível em: <http://janus.ual.pt/janus.net/pt/arquivo_pt/pt_vol1_n1/pt_vol1_n1_art3.html>. Acesso em: 08 de Julho de 2015.

UFRGS, **II Seminário de Direito, Desenvolvimento Portuário e Construção Naval**, Porto Alegre: 15 de junho.

VAZ, Alcides Costa. **O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul**. In: IPEA. *Boletim de Economia e Política Internacional*. Rio de Janeiro: IPEA. n.6. Abr./Jun. 2011.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira et al. **Amazônia azul: o mar que nos pertence**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WALT, Stephen M. **The Renaissance of Security Studies**. Capítulo 10. Security Studies, A Reader. Christopher W. Higgs e Lai Yew Meng. Routledge. 2011. Disponível em: <<http://migre.me/qHrJo>>. Acesso em: 07 de julho de 2015.